Os direitos humanos na produção acadêmica e técnica do Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei

- Derechos humanos en la producción académica y técnica de Máster Profesional Adolescentes en Conflicto con la Ley

- Human rights in academic and technical production of Professional Master's Degree Adolescent in Conflict with the Law

Gilberto José Monteiro[1]
Irandi Pereira[2]
Maria do Rosario Corrêa de Salles Gomes[3]

Resumo: O debate contido no artigo refere-se aos resultados da produção acadêmica e técnica discente do Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a lei (MPACL) da Universidade Bandeirante Anhanguera/SP, no período de 2010 – 2012. O MPACL é uma experiência inédita e

1 Mestre em Adolescente em Conflito com a Lei, pela Universidade Anhanguera de São Paulo – UNIAN. E-mail: giljm@uol.com.br

2 Doutora em Educação (USP) e docente do Programa Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei, da Universidade Anhanguera de São Paulo – UNIAN. E-mail: irandip@gmail.com

3 Doutora em Serviço Social (PUC/SP). Professora do Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei, da Universidade Anhanguera de São Paulo - UNIAN. E-mail: maro@iron.com.br

pioneira no Brasil, enquanto curso de pós-graduação stricto sensu, reconhecido pela CAPES em 2008 e inserido na área Multidisciplinar. O fato de não haver curso similar nesse âmbito provoca um esforço concentrado de seus sujeitos em conciliar o rigor científico às necessidades demandadas pelo aprimoramento das intervenções profissionais, no vasto campo da política pública, que direta e indiretamente, atuam no tema direitos humanos, adolescência e conflitualidade. O MPACL busca contribuir para a consolidação de um campo de conhecimento específico (campo socioeducativo) com fundamento nos direitos humanos e no trato interdisciplinar da política pública socioeducativa ao adolescente em conflito com a lei. A pesquisa elegeu 65 produtos finais dos discentes dentre dissertações, relatórios de pesquisa, produção de materiais didáticos e instrucionais. Propiciou também observar o processo de institucionalização dos direitos humanos no ensino, pesquisa, produção bibliográfica e técnica dos discentes, com possibilidade, pela natureza do mestrado profissional, de referenciar diferentes desenhos da política pública socioeducativa.

Palavras-chave: Direitos. Pesquisa. Adolescente.

Resumen: : La discusión contenida en el artículo se refiere a los resultados de la producción académica y técnica de Máster Profesional Adolescentes en Conflicto con la Ley (MPACL) de la Universidad Anhanguera/SP, en el período 2010-2012. El MPACL es una experiencia nueva y pionera en Brasil, mientras que el curso de postgrado de strictu sensu, reconocidos por la CAPES en 2008 e insertado en el área Multidisciplinar. El hecho de que no hay similares en este contexto provoca un esfuerzo concentrado de sus sujetos en conciliar el rigor científico a las necesidades exigidas por la mejora de las intervenciones profesionales en el vasto campo de las políticas públicas, que directa e indirectamente, actúan sobre el tema de los derechos humanos, la adolescencia y conflicto. El MPACL pretende contribuir a la consolidación de un campo específico del conocimiento (ámbito educativo) basado en los derechos humanos y en el trato con las políticas públicas interdisciplinario socioeducativa adolescentes en conflicto con la ley. Los productos finales del 65 elegidos estudiantes de investigación entre disertaciones, informes de investigación, producción de materiales didácticos y educativos. Proporciona también observar el proceso de institucionalización de los derechos humanos en docencia, investigación, producción bibliográfica y técnica de los estudiantes, con la posibilidad, por la naturaleza del máster profesional, hace referencia a varios diseños de políticas públicas de juventud.

Palabras clave: Derechos. Investigación. Adolescente.

Abstract: The discussion contained in the article refers to the results of academic and technical production students of Professional Master's Degree Adolescent in Conflict with the Law (MPACL) of the University Anhanguera/SP, in the period of 2010-2012. The MPACL is a new experience and a pioneer in Brazil, while strictu sensu post-graduation course, recognized by CAPES in 2008 and inserted into the multidisciplinary area. The fact that there is no similar course in this context causes a concentrated effort of his subjects in reconciling scientific rigor to the needs demanded by the improvement of professional interventions in the vast field of public policy, which directly and indirectly, act on the human rights theme, adolescence and conflict. The MPACL seeks to contribute to the consolidation of a specific field of knowledge (educational field) based on hu-

man rights and in dealing with public policy interdisciplinary socio-educational adolescents in conflict with the law. The final products of the 65 elected research students between dissertations, research reports, production of teaching materials and instructional. Provided also observe the process of institutionalization of human rights in teaching, research, bibliographic and technical production of the students, with the possibility, by the nature of the professional master 's, referencing various designs of youth public policy.

Keywords: *Rights. Research. Teenager.*

Introdução

O debate contido neste trabalho refere-se à análise critica sobre os desafios do processo de construção do conhecimento, empreendido pelo corpo docente e discente do Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei (MPACL), em implementação há seis anos no âmbito da Direção de Pós-graduação da Universidade Bandeirante Anhanguera, em São Paulo.

Trata-se de experiência inédita e pioneira no Brasil, enquanto Curso de pós-graduação *stricto sensu*, reconhecido pela CAPES em 2008 e inserido na área Multidisciplinar, na modalidade mestrado profissional. Não há outro curso similar nesse âmbito, o que, de início, provoca o esforço concentrado dos sujeitos envolvidos em conciliar rigor científico às demandas em torno do aprimoramento dos saberes e práticas profissionais num dos campos da gestão pública – política socioeducativa - que desafia aqueles que, direta e indiretamente, atuam no campo socioeducativo na atenção ao adolescente em conflito com a lei.

A gênese de construção do *Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a lei* foi inspirada por acontecimentos, de tempos em tempos, recorrentes na sociedade e opinião pública: situações extremas de vida e morte envolvendo adolescentes. São eventos eivados de polêmicas, fartamente explorados pela mídia e por diferentes setores mais conservadores da sociedade, favoráveis à acolhida de ideias e/ou concepções simplificadoras da resolução de conflitos que envolvem o binômio adolescência-conflitualidade. Há, quase sempre, uma associação imediata da expansão do cenário da violência atribuída à suposta displicência e tolerância dos marcos legais reguladores dos direitos da criança e do adolescente brasileiros, como se a lei, por si só, pudesse resolver determinadas situações e impasses.

O trabalho mostrou-se terreno fértil para a realização de outros estudos na construção de um cenário possível do conhecimento no que tange à questão da adolescência, conflitualidade, violência, gestão, metodologias de intervenção que possam contribuir para o fortalecimento da ação socioeducativa e, sobremodo, da gestão da política socioeducativa na garantia dos direitos humanos no interior do sistema público de atendimento.

No entanto, o contexto atual, no qual estamos inseridos, acaba por prejudicar a perspectiva de uma sociedade mais justa e revela forte tendência para a perda gradativa do espaço público, garantidor da construção de cidadania e suas referências éticas. E, ainda, o modelo da globalização da vida social constitui-se em elemento fundante para a neces-

sidade, cada vez mais imediata, das necessidades sociais. E, com isso, o outro pode não ser levado em consideração, não ser visto e nem ouvido e, o mais grave, a noção de privado sobrepõe-se ao público, impedindo que os interesses coletivos tenham espaço na agenda da inclusão social.

A sociedade, de um modo geral, adere e imprime forte pressão para a busca de soluções que, em tese, substituam e eclipsam a responsabilidade do Estado por políticas públicas efetivas, preventivas e equânimes no acesso e garantia de direitos sociais para diferentes grupos da população. E, a primeira resposta que, quase sempre, ganha contorno e, de forma plebiscitária, reside na redução da idade mínima de responsabilização penal, ou seja, o estreitamento, cada vez mais, da faixa etária da população brasileira. Numa contraproposição, outros setores mais próximos do reconhecimento da criança e do adolescente, como sujeito de direitos, defendem políticas que assegurem a devida proteção integral dada à condição peculiar de pessoas em desenvolvimento.

Portanto, a lacuna de um campo de produção de conhecimentos científico, técnico e de aprimoramento das intervenções no contexto sócio-histórico brasileiro, localizados no centro deste debate polêmico, deu lugar à construção da modalidade mestrado profissional que agrega professores pós-graduados de instituições acadêmicas como USP, UNICAMP, PUC/SP, com larga trajetória profissional em diferentes áreas das políticas públicas e sistema de justiça e, ainda membros ativos de núcleos de estudos e pesquisas e, com inserção em movimentos sociais de defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

O Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei apresenta-se como um curso pioneiro nas áreas 'interdisciplinar' e 'direitos humanos', de acordo com a classificação CAPES. Este busca conjugar rigor acadêmico de formação e pesquisa ao atendimento de exigências complexas na atenção ao adolescente que se encontra sentenciado pelo sistema de justiça, cumprindo medidas de privação e restrição de liberdade no interior do sistema de atendimento socioeducativo.

Desenvolvimento: modalidade mestrado profissional

A formação de profissionais do campo socioeducativo objetiva a atuação especializada dos atores – e, por consequência, das instituições – envolvidos com a política socioeducativa[4] , enquanto um subsistema, concebida de atendimento e que compõe o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA)[5] . A presença de diferentes instituições nesse Sistema busca desde a formulação e execução da política de direitos (Po-

4 Silvestre (2010), Pereira, Zamora e Alapanian (2012) tratam em seus estudos sobre os elementos constitutivos de uma política socioeducativa ao adolescente em conflito com a lei.

5 A configuração da política socioeducativa ao adolescente em conflito com a lei encontra-se concebida no art. 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente; na Lei Federal nº 8069/1990; na Resolução nº 119 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: parâmetros pedagógicos e arquitetônicos (2006, p. 22-24) e na Lei Federal nº 12.594/2012, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (2012, art. 1º e parágrafo 1º).

der Executivo) à atualização legislativa (Poder Legislativo) e, ainda, a apuração e aplicação de medidas judiciais.

Na década de 1990, a categoria de mestrado profissional é colocada em prática, o que, segundo Fischer (2003) configura-se como fenômeno recente e polêmico no ensino de pós-graduação no Brasil. A autora, também uma das pioneiras na concepção desta modalidade de ensino stricto sensu, entende que o Mestrado Profissional é um curso ambicioso ao tentar conciliar os contrários e os paradoxos dos eixos acadêmico e profissional. Isto se reflete na constatação de que:

> [...] desde o início, o sistema de pós-graduação vive uma espécie de síndrome bipolar, com dilemas e tensões entre os valores e critérios acadêmicos e as pressões do mundo do trabalho. Não por acaso, o mestrado profissional é alvo de polêmica da comunidade científica, aceito e rejeitado por instituições de peso, por representações e lideranças acadêmicas [...]. (FISCHER, 2003, p.120)

Em 1999, a CAPES cria a área Multidisciplinar e em 2008 passa a ser denominada como Área Interdisciplinar que, conjugada a outras, integra o conjunto da Grande Área Multidisciplinar. Em 2012, os dados da referida instituição permitem constatar o expressivo número de programas e cursos nessa área. Compõem esta totalidade 1.672 programas de pós-graduação e 427 concentram-se na modalidade: mestrado profissional, na Área Multidisciplinar (CAPES, 2012). Este segmento teve crescimento vertiginoso na última década, tendência que deve se manter em virtude da demanda pela conjugação de diferentes saberes no enfrentamento de uma série de exigências postas pela realidade social.

A potência deste desafio é sentida na medida em que o tema do Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei, em exame no presente trabalho, não encontra similar no território nacional, o que, por outro lado, instiga o movimento por parte de seu corpo docente e de demandas externas, a imprimir expressiva capilaridade quer seja pela procura pelo curso por diferentes atores do vasto campo social, quer seja pela interlocução que imprime com variados pesquisadores de outras instituições de ensino superior.

Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei

O Programa Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei (MPACL) caracteriza-se por atender uma demanda pública (serviço público e de organizações da sociedade civil) com a finalidade de aprofundar estudos e práticas sobre a histórica relação da política de atendimento à infância e adolescência brasileira ao longo da história do atendimento público, em particular sob o paradigma da doutrina da situação irregular para a doutrina da proteção integral, portanto, de mudança da concepção "de menor a cidadão".

O corpo docente do MPACL tem titulação acadêmica em diversas áreas do conhecimento com produção bibliográfica e técnica relacionada à área de concentração *Adolescente em Conflito com a Lei* e das três linhas de pesquisa e respectivos núcleos de estudo

o compõe: Adolescência e Conflitualidade, Modelos e Práticas de Intervenção e Gestão da Política de Direitos ao Adolescente em Conflito com a Lei.

A linha "Adolescente em conflito com a lei, Violência, Sociedade e Criminalidade" congrega pesquisas que investigam as diversas dimensões da vida do adolescente em face aos grandes dilemas da contemporaneidade. Enfoca o adolescente no cenário da violência, como vítima e como autor, com os seguintes eixos:

- Criminalidade, juventude e violência: desafios da contemporaneidade;
- Contextos, territórios e inserção social do adolescente;
- Adolescente e tráfico de drogas;
- Garantia dos direitos humanos no sistema socioeducativo;
- Protagonismo juvenil e participação social.

A linha "Modelos e práticas de intervenção" investigam as intervenções profissionais em programas, projetos e ações voltadas ao adolescente em conflito com a lei, identificando e analisando concepções, modelos, técnicas e prática, com ênfase na abordagem socioeducativa, contendo os eixos:

- Formação continuada de profissionais do sistema de garantia de direitos;
- Mediação de conflitos e círculos restaurativos;
- Educação escolar e medidas socioeducativas;
- Dimensão político-pedagógica da socioeducação e os desdobramentos na execução das medidas socioeducativas;
- Família e comunidades na ação socioeducativa.

Finalmente a linha "Gestão da política de direitos ao adolescente em conflito com a Lei" agrega pesquisas que investigam modelos e práticas de gestão político-institucionais, referentes às medidas socioeducativas, contemplando eixos como:

- Gestão e financiamento da política socioeducativa;
- Sistemas de informação, avaliação, monitoramento e controle de dados da política socioeducativa;
- Segurança Pública, o adolescente em conflito com a lei e o sistema socioeducativo;
- Parâmetros da gestão socioeducativa e seus sistemas;
- Marco legal, políticas públicas e sistema de garantia de direitos.

Os discentes do MPACL são graduados nas áreas humanas, exatas, biomédicas e tecnológicas, ou seja, da sociologia, pedagogia, filosofia, ciências jurídicas, psicologia, serviço social, administração, ciências contábeis, segurança pública, educação física, moda, comunicação, *marketing*, educação artística, entre outras. Estão engajados profissionalmente e socialmente, de modo direto e indireto, nos diversos espaços públicos de atenção ao adolescente em conflito com a lei: encontram-se nos sistemas de justiça, de saúde, da assistência social, educacional, incluindo o ensino superior, parte deles está na cultura, esporte, lazer

e outros no setor de comunicação (institucional e privada). E, parte considerável deles atua nos conselhos de direitos, tutelares, direitos humanos e políticas setoriais, também no sistema de justiça (promotores, defensores, advocacia) e nos centros de defesa como também no sistema de educação, de saúde e da assistência social. Em síntese, concentram-se nas ações públicas de promoção, defesa e responsabilização e, por conseguinte, no acompanhamento e avaliação da política socioeducativa, seja em restrição ou privação de liberdade.

Nesse sentido, o MPACL tem como objetivo geral o aprofundamento da formação de profissionais para atuação qualificada no sistema socioeducativo de atenção ao adolescente em conflito com a lei, nos diferentes espaços da ação pública sob a ótica dos direitos humanos e da ética profissional, num enfoque interdisciplinar, com vistas ao aprimoramento das práticas institucionais a partir de bases teóricas, legislativas e marcos regulatórios e, em diferentes âmbitos e responsabilidades do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e, em especial, da execução da política socioeducativa pelo Estado brasileiro.

O MPACL insere-se no âmbito dos direitos humanos ao tomar como foco de atuação o desenvolvimento do referido sistema (SGDCA) e, nessa visão mais ampla, inclui os poderes: executivo, judiciário, legislativo e as novas institucionalidades públicas criadas a partir do marco constitucional de 1988, os conselhos - direitos humanos, criança e adolescente, tutelares, justiça, políticas sociais. A relação com a sociedade civil também ganha relevância considerando a própria organização dos conselhos que impõe modelos diferenciados de democracia participativa – representativa e ativa - incidindo em diferentes modelos, papel e função dos conselhos e, por extensão, dos fóruns de participação popular.

A própria política socioeducativa e a regulamentação da execução das medidas socioeducativas presentes na Lei Federal nº 15.594/2012 (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE), demandam necessidade de uma produção bibliográfica e técnica para o campo socioeducativo considerando o rol das medidas judiciais, as diferentes tipologias de atos infracionais e os projetos políticos-pedagógicos a serem garantidos na execução dos programas socioeducativos. A própria ideia de gestão por sistemas e sua relação com as três esferas da administração pública indicam a necessidade de uma produção ainda não trabalhada na história do atendimento à infância e adolescência brasileiras. A produção bibliográfica e técnica do MPACL considera, ainda em sua área de concentração, temas relacionados com a comunicação, artes, tecnologia, *marketing* e publicidade.

Cabe lembrar a dívida social que a academia, em sua trajetória, tem com o desenvolvimento sociopolítico da sociedade brasileira e, em especial, a uma parte que se encontra mais distante do desenvolvimento da ciência, da técnica e tecnologias e, por extensão, dos direitos sociais e cidadania, os adolescentes em cumprimento de medidas judiciais, privativas ou restritivas de liberdade.

O MPACL, por sua característica profissional, representa parte desse esforço em diminuir a distância entre o que se proclama enquanto direitos e o que se concretiza no cotidiano vivido por esses adolescentes no interior do sistema nacional socioeducativo. Ele surgiu da necessidade de atender a uma reinvindicação social em dotar referida área (campo

socioeducativo) de condições (teóricas e técnicas) e mecanismos ágeis (legislação, instrumentos e meios) capazes de promover a redução dessa distância com o campo socioeducativo, considerando as dimensões regionais, locais e territoriais que implicam, muitas vezes, em disparidades sobre a qualidade da execução da política socioeducativa.

E, uma das dimensões da proposta do MPACL encontra-se na formação de pessoal e alto nível de qualificação, na produção, aplicação e difusão acadêmica e técnica e, por extensão, na contribuição do debate para a consolidação de um campo de conhecimento específico (campo socioeducativo) sob os pressupostos da educação social. E, nesse campo, busca a formação de pensamento e ação crítica que possam contribuir para o desenvolvimento de uma gestão pública (uma presença democrática do Estado), em que a gramática dos direitos humanos possa, de fato, ser garantida, considerando o olhar e trato interdisciplinar, intersetorial e interinstitucional na execução da política socioeducativa.

A natureza interdisciplinar do MPACL permeia o desenvolvimento da matriz curricular do curso. O próprio sistema nacional de atendimento socioeducativo ao adolescente, a quem se atribui autoria de ato infracional, tem, em seu escopo, a abordagem interdisciplinar da educação social e das práticas de socioeducação e, por isso mesmo, sua implementação e manutenção dependem da ação articulada (intersetorial e interinstitucional) dos atores/instituições que compõem o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. Elege a interdisciplinaridade como o eixo central medular na condução da ampliação do conhecimento e práticas sobre direitos humanos e adolescência, socioeducação, gestão do sistema socioeducativo, violência, conflitualidade, ato infracional, criminalidade e justiça.

O desenvolvimento da matriz curricular do Mestrado conta com *disciplinas* que contemplam a integração de três ou mais áreas do conhecimento visando à abordagem interdisciplinar e, dentre elas, a de Ética e Direitos Humanos, trabalhada por meio de: 1) *oficinas* de desenvolvimento de habilidades que objetivam integrar práticas profissionais e conhecimentos produzidos em disciplinas e nas pesquisas, materializando produtos que possam potencializar ações inovadoras e sustentáveis; são subsídios para a elaboração de projetos, pesquisas, relatórios, laudos, pareceres; 2) *atividades programadas*, voltadas à diversidade de experiências profissionais em torno dos conceitos e temáticas emergentes e funcionam também como espaço de participação e troca de uma gama de atores e instituições do campo socioeducativo; 3) *seminários de integração,* organizados pelas linhas de pesquisa e núcleos de estudos, são espaços e momentos de articulação do debate do campo socioeducativo a partir da realidade concreta do cotidiano profissional e das questões desafiadoras da área, como por exemplo, a idade de responsabilização penal dos adolescentes; e 4) *encontros de pesquisa*, de periodicidade anual, sobre o tema adolescência e conflitualidade com enfoque nos direitos humanos, na educação social e com abordagem interdisciplinar e contam com a presença de grupos de pesquisadores de universidades públicas e particulares, nacional e estrangeira.

No período entre 2008 e 2012 o MPACL contou com 123 alunos, sendo 65 concluintes com defesa pública de seus trabalhos finais (limite de 24 meses para a realização do curso e defesa pública) e com prevalência para os temas da gestão da política de direitos ao

adolescente em conflito com a lei, com o enfoque na gramática dos direitos humanos e nos pressupostos da educação social.

Resultados do Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei

O conjunto da produção, 65 trabalhos finais, distribuídos pelas linhas de pesquisa que compõem o MPACL, revelou que houve um maior percentual da produção vinculada à Linha de Pesquisa Gestão da Política de Direitos ao Adolescente em Conflito com a Lei com 44% dos trabalhos. Nas demais linhas, houve equilíbrio com 28% dos trabalhos em cada uma: Adolescente em Conflito com a Lei; Violência, Sociedade e Criminalidade e Modelos e Práticas de Intervenção.

No que tange as tipologias da produção acadêmica dos mestrados profissionais mais de duas dezenas são permitidas pela agência reguladora da Pós-Graduação CAPES. Ainda no MPACL, a tipologia que mais aparece é a dissertação, com 55 produções; estudos de casos, com quatro produções; manual técnico e/ou tecnológico, com duas produções e, outras tipologias, com uma produção cada.

A relação incidência dos trabalhos de conclusão e defesas públicas (65 produtos) e eixos categorizados para a sua operacionalização no Sistema dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), os produtos estão distribuídos do seguinte modo: promoção dos direitos; defesa dos direitos e controle da efetivação dos direitos. Do total da produção acadêmica, 72% apresentaram aderência ao eixo da promoção dos direitos; 25%, ao eixo da defesa dos direitos e, 3%, ao eixo do controle da efetivação dos direitos.

No *eixo da promoção dos direitos*, a operacionalização ocorre por meio de três modalidades de programas, serviços e ações públicas: 1) serviços e programas das políticas públicas; 2) programas e serviços de execução de medidas de proteção de direitos humanos; e 3) serviços e programas de execução de medidas socioeducativas e assemelhados.

No *eixo da defesa dos direitos,* a operacionalização ocorre por meio de órgãos públicos judiciais, como o Ministério Público, especialmente as promotorias de justiça, as procuradorias gerais de justiça, Defensoria Pública, Advocacia geral da União e as procuradorias gerais dos Estados, Conselhos Tutelares, Ouvidorias e entidades de defesa dos direitos humanos (centros de defesas dos direitos humanos e/ou da criança e do adolescente), incumbidos de garantir a proteção jurídico-social.

O *eixo do controle da efetivação dos direitos* é realizado por meio de instâncias públicas colegiadas próprias, a saber: 1) Conselhos dos Direitos de Crianças e Adolescentes; 2) conselhos setoriais de formulação e controle de políticas públicas e, 3) órgãos e poderes de controle interno e externo, definidos na Constituição Federal (1988) e, um deles, o Ministério Público. O controle social também pode ser exercido soberanamente pela sociedade civil por meio de suas organizações e articulações representativas e, também, cada cidadão pode fazer esse exercício democrático e participativo de acompanhamento da política de direitos humanos ao adolescente em conflito com a lei.

Como visto toda a produção acadêmica do MPACL contempla todos os eixos do SGDCA e a distribuição dos trabalhos, de acordo com a predominância da ideia-força, observada nos resumos da produção acadêmica, não desintegra ou fragmenta os resultados alcançados, ao contrário, tem em vista a perspectiva da integralidade, da transversalidade e da intersetorialidade, refletindo uma configuração sistêmica que se expressa em subsistemas articulados e, em diferentes aspectos, perpassando, inclusive, diferentes instâncias de poder estatal.

Os trabalhos finais do MPACL também foram categorizados em torno das diferentes atribuições e responsabilidades dos diferentes níveis governamentais: 42% dos trabalhos tiveram como recorte de estudo a responsabilidade pela política socioeducativa e pelo conjunto de serviços e programas de competência do ente federado estadual 42%; municipal 26% e da União 25%.

A produção bibliográfica, técnica, orientações e produção do corpo docente no período de 2008-2012, alcançou um total geral de 853 produções. No âmbito da produção bibliográfica (36%), evidenciamos o percentual de 12% de "apresentações de trabalho" e, sobre a produção técnica, as maiores incidências são para os "trabalhos técnicos", 17% e "outras produções técnicas", com 28%. E, quanto ao corpo discente, no mesmo período, alcançou um total de 592 produções, assim distribuídas: no âmbito da produção bibliográfica (38,7%), "apresentações de trabalhos" (19,4%) e "outras produções bibliográficas" (8,1%). Sobre a produção técnica (38,2%), a maior incidência é para "outras produções técnicas" (32,6%), e, em relação ao quesito outras produções (23,1%), a maior incidência é de "outras orientações" (21,6%).

Dos 25 artigos publicados na *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade,* periódico do MPACL aberto a pesquisadores e profissionais da educação social e da área dos direitos humanos, caracterizam-se como produção do corpo docente do MPACL. A maior aderência concentra-se do seguinte modo: 12 (doze) na Linha de Pesquisa Gestão da Política de Direitos ao Adolescente em Conflito com a Lei; 6 (seis) na Linha de Pesquisa Modelos e Práticas de Intervenção e, três na Linha de Pesquisa Adolescente em Conflito com a Lei: Violência, Sociedade e Criminalidade. Há quatro produções com foco especial sobre a produção do conhecimento. Dos 38 artigos completos dos docentes do MPACL publicados em outros periódicos, tomando o período 2008-2012, a maior incidência, 27 (em números absolutos) refere-se à produção de artigos contemplando os três eixos da política socioeducativa e as temáticas das três linhas de pesquisa e, 11 referem-se à formação acadêmica do docente.

Os temas que tiveram maior número de artigos relacionavam-se à "criminalidade, juventude e violência: desafios da contemporaneidade" e ao "marco legal políticas públicas e sistemas de garantias de direitos", com enfoque nos direitos humanos e nos pressupostos da educação social, considerando o campo socioeducativo. Já, o corpo discente totalizou 15 artigos associados aos eixos centrais das linhas de pesquisa, utilizados como âncora para a produção do conhecimento e sua aderência ao MPACL.

Considerações Finais

O dimensionamento de impacto geral do MPACL mostra uma série de desafios a perseguir pela própria complexidade de seu objeto, a criminalidade na adolescência, por se tratar de um fenômeno sujeito a infinitas variáveis, desde fatores psicológicos individuais à macrodeterminações sociais.

A contribuição da academia, com indicação de novos enfoques, métodos e técnicas sobre o tema-problema se faz necessária, pois ainda a incipiente produção não é assimilada nos espaços de operacionalização da política socioeducativa considerando uma série de dificuldades nessa relação, como a própria racionalidade da política pública que transcende as contribuições da academia e as especificidades dos programas e/ou serviços socioeducativos de atenção ao adolescente em conflito com a lei.

Esse desafio merece análise aprofundada considerando a finalidade de criação de mestrados profissionais, a gama de tipologias dos produtos finais previstos e a adesão de profissionais a essa modalidade de mestrado. Essa análise vem sendo debatida junto a um dos espaços permanentes de debates do mestrado profissional pelo Fórum Nacional dos Mestrados Profissionais que articula os mestrados profissionais, no país e, do qual o MPACL faz parte.

A contribuição do Programa MPACL, necessária para a mudança social desejada, se dá, sobretudo, em duas frentes: formando pessoas e produzindo conhecimento capaz de impactar a formulação e execução das políticas e, na composição de um campo próprio, o campo socioeducativo.

Na formação de pessoas, o Mestrado opera em diferentes níveis, lembrando que toda atividade educativa carrega um efeito multiplicador: forma formadores de opinião – pessoas que impactam também concepções e práticas daqueles que operam sob seu campo de influência.

Na produção de conhecimento, a aplicação pode reverter em maior eficiência sobre as ações executadas no interior do sistema nacional de atendimento socioeducativo e, em espaços mais amplos de proteção ao adolescente considerando a teia presente na sociedade em torno da violência, violação institucional, criminalidade, adolescência e a difícil relação com o enfoque da ética e direitos humanos nas relações institucionais. A composição do campo socioeducativo é outra preocupação do MPACL e que a produção, no período analisado, vem auxiliando nesse debate e articulação com pesquisadores e profissionais da educação social.

O MPACL, da UNIBAN-Anhanguera, tem se mostrado atualizado e com larga possibilidade de ampliação, aprofundamento e amadurecimento de sua missão e finalidades, posto que, concebido em 2008, vem desenvolvendo uma trajetória de leitura detida, analítica, crítica, criativa e propositiva de rompimento com as concepções positivistas de isolamento entre pensamento e práticas no intuito de garantir o melhor interesse dos adolescentes em privação de liberdade ou em restrição de direitos no cumprimento de medidas socioeducativas.

No âmbito da análise da institucionalização do Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei foram identificados os seguintes avanços:

- Aumento do número de interessados na temática;
- Qualidade na formação profissional, garantindo a heterogeneidade de interesses, das práticas, das diferentes áreas, do lugar que os mestrandos ocupam na área profissional, da diversidade dos temas de estudo dos discentes;
- A concepção interdisciplinar tem promovido um diálogo necessário à convergência do reconhecimento das diferentes competências disciplinares e sua conexão quanto à apreensão da temática;
- A produção acadêmica se mostrou alinhada com as diretrizes aprovadas pela CAPES, apesar de ainda muito restrita, sobre as formas de conclusão dos trabalhos finais: dissertação, revisão sistemática e aprofundada da literatura, artigo, patente, registros de propriedade intelectual, projetos técnicos, publicações tecnológicas, desenvolvimento de aplicativos, de materiais didáticos e instrucionais e de produtos, entre outros;
- Composição e perfil do corpo docente, em sua maioria doutores, incluindo mestres que possuem elevado reconhecimento na área social crítica e pela conjugação articulada teoria e prática;
- Tempo médio de titulação dos discentes em conformidade com a CAPES não ultrapassando o período de 24 meses para conclusão;
- Publicação bibliográfica e técnica dos corpos docente e discente em várias revistas acadêmicas e técnicas das instituições do sistema socioeducativo e na própria do MPACL, Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade (RBAC), livros, material didático;
- Organização do trabalho acadêmico em linhas de pesquisa e em seus respectivos núcleos que ancoram debates de diferentes temáticas sobre o tema-problema do mestrado, o adolescente em conflito com a lei, e aberto aos discentes e aos profissionais da área;
- Participação dos docentes e discentes em vários espaços de reflexão e proposição sobre o tema adolescente em conflito com a lei, tanto nos meios acadêmicos como no interior do sistema de atendimento socioeducativo em nível nacional, estadual e municipal e, ainda, de forma coletiva, nos diferentes espaços de consulta pública e conferências sobre a política de direitos da criança e do adolescente e das demais políticas públicas sociais;
- Abertura pelas linhas de pesquisa e núcleos de estudos para a incorporação de temas atuais e relevantes sobre o tema-problema do MPACL e de subtemas a ele correlatos;
- Apresentação dos resultados de pesquisa docente e produtos finais dos discentes em diferentes espaços acadêmicos, nacional e internacional.

É de interesse do MPACL que, boa parte dos produtos resultante da diversidade de produção acadêmica possa ganhar maior aderência na operacionalização da política socioeducativa para que, numa ação-reflexão-ação, referencie as práticas de socioeducação balizando princípios na compreensão do fenômeno adolescente em conflito com a lei e,

redefinindo diretrizes de orientação das ações em torno da ética e gramática dos direitos humanos. Contudo, é sabida a dificuldade na preferência dos órgãos centrais de gestão da política socioeducativa no estabelecimento de parcerias com instituições públicas de ensino e mesmo com organizações sem fins lucrativos. Isso, em certa medida, constitui-se em desafio do MPACL e, como tal, tem mostrado resultados parciais surpreendentes da justeza da missão institucional e pedagógica em torno dos conteúdos, métodos e gestão do mestrado. Docentes e discentes tem contribuído em diferentes espaços públicos de formulação da gramática de direitos humanos na gestão da política pública socioeducativa ao adolescente em conflito com a lei, tanto no plano nacional quanto internacional.

Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ constituicao.htm>. Acesso em: 20 fev. 2013.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Sistema de Garantia de Direitos. Disponível em: <http://www.sedh.gov.br/clientes/sedh/sedh/spdca/sgd>. Acesso em: 24 jun. 2012.

_____ . Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: diretrizes e eixos operativos para o SINASE. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/plano-nacional-de-atendimento-socioeducativo-diretrizes-e-eixos-operativos-para-o-sinase>. Acesso em: 1 mai. 2012.

_____ . Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Relação de cursos reconhecidos e recomendados 2012. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarRegiao>. Acesso em: 2 jul. 2012.

FISCHER, T. Mestrado profissional como prática acadêmica. *Revista Brasileira de Pós-Graduação - RBPS*, Brasília, DF, v. 2, n. 4, p. 24-29, jul. 2005. Disponível em: <http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/vol.2_4_jul2005_/Debates_Artigo3_n4.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2013.

MONTEIRO, Gilberto J. *A produção acadêmica do mestrado profissional Adolescentes em Conflito com a Lei:* construção de um novo campo de conhecimento – 2008-2012. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade Anhanguera, 2013.

SILVESTRE, E. *O adolescente em conflito com a lei:* política socioeducativa de direitos. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara, 2010.

UNIBAN-ANHANGUERA. Universidade Bandeirante de São Paulo. Coleta CAPES, 2011.

_____ . Universidade Bandeirante de São Paulo. Coleta CAPES, 2013.

_____ . Universidade Bandeirante de São Paulo. Apresentação do Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei. Disponível em: <http://www.uniban.br/pos/adolescente/ apresenta.asp>. Acesso em: 4 mai. 2012.